

PROGRAMA DE GOVERNO PARA O GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ



Propostas para construir um Piauí para os trabalhadores

Introdução

As eleições, com financiamento de empresas, tornam-se um jogo de cartas marcadas, no qual ganha quem leva os milhões destas grandes empresas, bancos e empreiteiras. Uma vez eleitos, governam para aqueles que os financiaram. O PSTU, ao contrário, não joga qualquer ilusão nesse processo. Nossas candidaturas estarão a serviço das lutas, assim como do fortalecimento de uma alternativa socialista, não só eleitoral, mas principalmente para a ação direta da classe, como as greves e mobilizações.

Isso vale tanto para a campanha eleitoral quanto para nossos eventuais mandatos. Não queremos ter parlamentares a fim de governar para os trabalhadores no parlamento. Queremos sim utilizar o parlamento para denunciar esse sistema, defender e fortalecer as lutas. Nossa estratégia não é governar para os trabalhadores, mas levar os próprios trabalhadores ao poder, para que governem por si próprios através de suas organizações.

Por isso os nossos parlamentares são diferentes. Rejeitam os altos salários e privilégios do parlamento. Nossos vereadores em Natal e Belém, Amanda Gurgel e Cleber Rabelo, por exemplo, vivem com os mesmos salários que viviam antes de serem eleitos. Defendemos que todos os parlamentares recebam o salário equivalente ao de um operário qualificado e que seus mandatos possam ser revogados a qualquer momento. Ou seja, se algum político prometeu algo e, uma vez eleito, fez outra coisa, a população deve ter o direito de tirar o seu mandato.

Nossa campanha, enfim, defenderá outro projeto de país e de Piauí, rompendo com o predomínio das multinacionais e dos bancos. Um Brasil e um Piauí para os trabalhadores, construídos nas ruas, nas lutas e nas greves, e para isso apresentamos 16 propostas.

Propostas de campanha:

1. Romper com a dívida pública

O Governo Federal gasta anualmente quase metade de todo o seu Orçamento no pagamento da dívida pública. Segundo a Auditoria Cidadã da Dívida, em 2014 o pagamento de juros e amortizações (pagamento de parcelas) da dívida (interna e externa) consumirá 42% de todo o orçamento. Ou seja, de tudo o que o governo arrecada em impostos, quase metade vai para os bolsos dos banqueiros e

investidores internacionais. O mecanismo da dívida é um dos principais instrumentos de submissão do país ao capital financeiro internacional. Só rompendo com a dívida pública teremos recursos para investir em saúde, educação e transporte público.

O Estado do Piauí também prioriza o pagamento dos juros das dívidas públicas interna e externa. Dívidas estas que foram contraídas para favorecer os projetos de “desenvolvimento” apresentados por grandes empresas, que receberam ainda inúmeros benefícios, como a renúncia fiscal (isenção de impostos). Mesmo pagando religiosamente juros e encargos da dívida, o endividamento do estado é crescente. Isso se deve às taxas de juros das dívidas existentes e também pelo fato de serem contraídos novos empréstimos, com o objetivo de amortizar a dívida e realização de investimentos que atendem aos grandes empresários (agronegócio e mineradoras, principalmente). Isso explica o fato de que, mesmo pagando R\$ 911,6 milhões em amortização da dívida pública em 2012 (feita a partir de efetuação de pedido de empréstimo), a Dívida Consolidada Líquida do ano de 2013 teve acréscimo considerável, partindo de mais de R\$ 2,8 bilhões para mais de R\$ 3,3 bilhões no período. Ou seja, enquanto em 2012, a Dívida Consolidada Líquida representava 50,5% da Receita Corrente Líquida, em 2013 a Dívida passou para 58,6% da Receita Corrente Líquida, de acordo com Relatório Contábil de 2013 do Governo do Estado.

A sangria causada no orçamento estadual anualmente para o pagamento da dívida pública estadual impede investimentos nas áreas sociais e por isso é preciso romper com ela. Também é necessário diminuir drasticamente os gastos (orçamentos) do Executivo, da Assembleia Legislativa do Piauí, Tribunal de Contas do Estado do Piauí e Judiciário, atacando os privilégios dos parlamentares, conselheiros, desembargadores (cortando gastos com assessores com cargo em comissão) realocando os recursos nas áreas de Saúde e Educação.

Os gastos orçamentários do Estado com “investimentos” devem seguir também a ordem de prioridade nos setores de Saúde, Educação, Saneamento, Moradia, e nenhum centavo a mais para as grandes empresas e agronegócio. Além disso, é preciso acabar com a “guerra fiscal” entre os Estados e cortar todas as isenções fiscais que estão hoje garantidas às grandes empresas. Com maior arrecadação de impostos, e não pagando a dívida pública, teremos os recursos necessários para mudar a realidade social no Piauí.

2. Aumento geral dos salários e realização de concursos públicos

A inflação corrói os salários dos trabalhadores. O aumento dos preços, sobretudo dos alimentos, atinge principalmente os mais pobres. A inflação funciona, na prática, como uma redução salarial por parte dos patrões, uma espécie de confisco de parte dos salários dos trabalhadores através do preço dos produtos. Não é, como afirma o governo e boa parte da imprensa, produto do clima, mas uma forma de aumentar os lucros das empresas. Para enfrentar a inflação, defendemos aumento geral dos salários e o congelamento dos preços dos produtos.

Os servidores estaduais merecem melhor remuneração e por isso é preciso romper com a Lei de Responsabilidade Fiscal (lei criada para garantir o pagamento da dívida pública, impondo arrocho salarial aos servidores, e proibindo as contratações necessárias de pessoal nos serviços públicos) e garantir novos concursos públicos para as mais diversas áreas, sobretudo na Saúde e Educação.

3. Reforma agrária

Uma verdadeira reforma agrária, que se encontra paralisada no governo Dilma, poderia também garantir alimentos para a população a um preço mais barato, além de garantir terra aos sem-terra. Para isso, é preciso enfrentar o latifúndio agroexportador. Os sucessivos governos estaduais no Piauí também têm efetiva participação na manutenção do latifúndio improdutivo, na medida em que não recupera áreas pertencentes ao Estado que estão há vários anos servindo de objeto de especulação fundiária, nas mãos de grandes “proprietários” (na verdade, grileiros).

Estima-se que o Estado do Piauí tem uma área de cerca de 10 milhões de hectares de terras devolutas (do próprio Estado) que poderiam ser arrecadadas (retomadas) das mãos dos grileiros. Garantir terra, crédito e assistência técnica (revitalização do Emater) é necessário para a necessária reforma agrária no Piauí.

É preciso ainda fazer reforma agrária nas áreas hoje ocupadas pelo agronegócio, revertendo a política de produção agrária no Piauí que prioriza a exportação (soja, cana-de-açúcar...) para se garantir a produção de feijão, arroz, mandioca, e legumes que hoje são importados, com preços altíssimos, de outros estados vizinhos.

4. Estatização dos transportes

O principal problema que desatou as Jornadas de Junho foi o caos e a precarização do transporte público que, além de ser um dos mais caros do mundo, submete a grande maioria da população e os trabalhadores a um inferno diário. Isso é causado pela lógica privada do serviço, que beneficia os lucros das grandes concessionárias. Só um transporte estatal, sob controle dos trabalhadores, pode garantir um serviço barato, a preço de custo, e de qualidade. Exigimos ainda 2% do PIB em investimentos no setor que, segundo os movimentos sociais, seria suficiente para expandir o sistema de transporte, beneficiando o sistema metroferroviário, mais barato e eficiente que o rodoviário.

Desde 2011, várias lutas populares aconteceram no Piauí contra o aumento dos preços das passagens de transporte. Em Teresina, em 2011 e 2012, milhares foram às ruas lutar pela redução da tarifa, por transporte de boa qualidade e passe-livre para estudantes. Em 2013, dentro das mobilizações originadas em junho, aconteceram diversas manifestações populares em diversos municípios da chamada Grande Teresina, questionando a qualidade dos serviços prestados por empresas privadas de transporte intermunicipal, além de se questionar o aumento das tarifas.

Defendemos a criação de uma empresa estatal de transporte intermunicipal para garantir à Grande Teresina serviços de boa qualidade e redução do preço das tarifas, e passe-livre para estudantes e desempregados. Defendemos ainda a ampliação do metrô de Teresina para chegar a todas às regiões da capital, integrando o serviço com o sistema rodoviário urbano que também precisa ser estatizado.

5. Mínimo de 30% do orçamento estadual para Educação Pública

Outras reivindicações que levaram milhões às ruas em junho do ano passado foram Saúde e Educação. Lutamos por 10% do PIB para a Educação já, e não em 10 anos como prevê o Plano

Nacional de Educação do governo Dilma. E que todos os investimentos sejam destinados para a Educação Pública.

A Constituição Estadual do Piauí obriga a aplicação de no mínimo 30% das receitas provenientes da arrecadação de impostos na Educação Pública. Os governos estaduais, no entanto, desrespeitam a Constituição Estadual e aplicam apenas 25%, sem que o Tribunal de Contas Estadual (TCE) e Ministério Público tomem qualquer providência punitiva aos gestores.

É preciso aplicar, no mínimo 30% do orçamento estadual na Educação Pública, e garantir mais investimentos para melhoria salarial dos trabalhadores em educação, aumento do número de escolas, reformas e ampliações, além de garantir mais investimentos e autonomia financeira para a Universidade Estadual do Piauí (UESPI). A partir da garantia de financiamento adequado e autonomia, a Uespi pode colaborar com o desenvolvimento do Piauí em várias áreas sociais (como a Saúde, através da criação de novos cursos de enfermagem e medicina, por exemplo), a partir das demandas discutidas e aprovadas democraticamente com a comunidade universitária e a classe trabalhadora piauiense. Para garantir uma Uespi com boa qualidade, é necessário ainda garantir melhores salários para servidores e professores, e ampliação e universalização da política de assistência estudantil em todos os campi (restaurante universitário, residência estudantil, bolsas), assim como construção e equipagem de laboratórios, bibliotecas, auditórios.

6. 10% do PIB para a Saúde

A saúde pública definha no país. Existe hoje um duplo processo de precarização e privatização dos serviços, expressão da falta de investimentos públicos no setor. Em geral, o país gasta apenas o equivalente a 3,5% do PIB com Saúde, sendo que o mínimo necessário para um serviço público universalizado seria o dobro disso, ou 6% do PIB. Defendemos a aplicação de 10% do PIB para a Saúde pública já, cujos recursos poderiam vir do pagamento da dívida pública.

Os Estados são obrigados, por Lei, a investir pelo menos 12% da receita resultante de impostos (Emenda Constitucional 29/2000). É possível ampliar o investimento anual para no mínimo 18%, por exemplo, com o não pagamento da dívida pública, aplicando recursos públicos apenas na saúde pública. Defendemos ainda a estatização dos grandes hospitais privados (e das instituições de saúde ditas filantrópicas, como o Hospital São Marcos), para atendimento gratuito à população. Investindo em ações de prevenção e na universalização do acesso ao saneamento básico, será combatida a proliferação de diversas doenças. A UESPI, como dissemos anteriormente, a partir do que for discutido e deliberado democraticamente em suas instâncias, pode contribuir com o setor, através da criação de cursos da área de saúde em diversos campi, e ampliação de vagas, e para isso precisa de autonomia e mais verbas.

7. Plano de obras públicas para resolver o problema da moradia e emprego

De acordo com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), o déficit habitacional é um indicador usado na política habitacional para informar sobre a necessidade de reposição do estoque de

moradias e, especialmente, auxiliar o gestor público no mapeamento das famílias que dividem uma mesma residência por falta de condições econômicas, moram em condições precárias ou comprometem mais de 30% da renda com aluguel.

O país viveu nos últimos anos um verdadeiro boom imobiliário. Nunca as empreiteiras e construtoras lucraram tanto. Mesmo assim, persiste o dramático déficit habitacional, em algo como 7 milhões de moradias. Defendemos um plano de obras públicas para a construção de moradias que possa ao mesmo tempo avançar na questão de desemprego e na falta de habitações dignas à população mais pobre.

Os números sobre o déficit habitacional no Piauí carecem de melhor comprovação. Alguns estudos apontam o déficit em mais de 200 mil moradias, enquanto outros apontam para cerca de 130 mil (IBGE, 2010) nas cidades e na zona rural. De todo modo, é possível zerar o déficit habitacional no Piauí através de uma reforma urbana que combata a especulação imobiliária nas maiores cidades, e também na realização de reforma agrária.

Defendemos a construção de conjuntos residenciais populares, com unidades habitacionais de boa qualidade, e equipados de estrutura (saúde, educação, saneamento, comunicação, transporte, áreas de lazer), em terrenos próximos aos centros urbanos. Da forma como a maioria dos projetos habitacionais estão sendo implementados, o que há é um afastamento cada vez maior da população pobre para áreas isoladas, com o objetivo de aumentar a especulação imobiliária, e sem que esses novos bairros populares sejam dotados dos equipamentos urbanos necessários para uma boa qualidade de vida.

8. Saneamento básico e abastecimento d'água para todos

Segundo o IBGE, em 2010, no Piauí apenas 4,5% das moradias contavam com rede de esgoto, o menor percentual no país, acompanhado dos estados do [Pará](#) (6,3%) e [Maranhão](#) (6,5%). Isso se reflete em inúmeros problemas de saúde e mortalidade, sobretudo infantil. É preciso investimento maciço em saneamento básico para todos. Para isso, é preciso recuperar financeiramente a Empresa de Águas e Esgotos do Piauí (Agespisa), transformando-a em empresa 100% estatal, sob o controle da classe trabalhadora e da população usuária.

É preciso ainda investir no fornecimento de água encanada na capital (onde diversos bairros convivem com constante falta de abastecimento) e nas demais cidades. No semiárido piauiense, é preciso implementar um sério programa de convivência com o semiárido, levando em consideração sobretudo ao que propõe os movimentos sociais e entidades como a Cáritas (reforma agrária, sistemas de captação e armazenamento de água como cisternas, barraginhas, produção de alimentos e pequenos animais).

9. Salário igual para trabalho igual

As mulheres representam metade da classe trabalhadora no país. Mesmo assim, amargam os piores salários, reflexo do machismo que predomina em nossa sociedade. Em 2012, para cada R\$ 100

recebidos pelos homens, as mulheres receberam, em média, R\$ 73. Exigimos salário igual para trabalho igual.

No Piauí, são poucas as delegacias de atendimento às mulheres vítimas de violência, e as existentes não funcionam da forma correta. Historicamente, os governos do Piauí sempre cortam recursos que deveriam ser destinados às políticas públicas para as mulheres para garantir o superávit e, conseqüentemente, para pagar a dívida pública. Para combater a violência, é preciso investir em políticas públicas para as mulheres e de combate ao machismo, como a aplicação da Lei Maria da Penha, construção de casas abrigo e descriminalização do aborto.

10. Combate ao racismo

A população negra é a que mais sofre a exploração e a opressão em nossa sociedade. São os que recebem os menores salários e a violência genocida da Polícia Militar nas periferias. Herança do período da escravidão que não foi superado, o Brasil é, ao contrário do que diz o mito da democracia racial, um país racista. O PSTU se orgulha de ter feito parte da história do movimento negro no Brasil e entende que a luta contra o racismo é uma luta de raça e classe. O PSTU defende uma política de combate ao racismo e de compensação ao povo negro, como a ampliação do sistema de cotas nas universidades e serviços públicos.

11. Combate à homofobia e à transfobia

O Piauí é um dos estados com maiores índices de casos de violência contra os LGBTs. É necessário combater a homofobia e à transfobia, garantindo também políticas públicas (atendimento à saúde, licença-maternidade para servidores/as públicas LGBTs), atendendo as reivindicações de movimentos/entidades como Matizes, dentre outras. Em nível nacional, o PSTU defende a criminalização da homofobia e transfobia (aprovação do PLC 122/09 em seu conteúdo original).

12. Segurança: não à criminalização dos movimentos sociais, pela desmilitarização da PM

O tema da falta de segurança é um dos mais sentidos nas maiores cidades do Piauí.

De acordo com o Mapa da Violência 2014, o Piauí tem uma taxa de homicídio de 17,2% para cada 100 mil habitantes. Os números parecem não corresponder à permanente sensação de insegurança em que vivemos, mas ainda assim impressionam. Apesar de estar entre os três estados com menor número de homicídios, a taxa piauiense supera o Estado de São Paulo: 15,1%.

A principal causa da violência urbana no Piauí é o desemprego, que afeta sobretudo a juventude e a população pauperizada da periferia. Ali onde não há perspectivas de trabalho e vida digna, a violência se torna para muitas pessoas a única realidade que se conhece, e o tráfico e outras práticas ilícitas meio de sobrevivência. E não há como resolver este problema com mecanismos puramente repressivos.

A violência, antes de ser uma questão de polícia, é uma questão social, e assim deve ser tratada. Para isso, investiremos pesadamente na educação pública de qualidade em tempo integral e serviços públicos de qualidade, e implantaremos um grande plano de obras públicas para a construção de moradias populares, escolas, áreas de lazer, cultura e hospitais, que propiciará trabalho, salário digno e qualidade de para muitas pessoas.

Segundo uma pesquisa do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea - Rute Imanishi Rodrigues, 2006), "a falta de serviços urbanos básicos, tais como saneamento, pavimentação e iluminação das ruas, aliada à condição de ilegalidade/ irregularidade das habitações, tende a acarretar graves déficits em outros serviços públicos, como os de educação, saúde, proteção e segurança". Segundo o estudo, há forte correlação espacial entre os locais de moradias precárias e as taxas de homicídios. As estatísticas sobre as condições de habitação, educação e trabalho da população das moradias precárias informam que esse grupo populacional sofre desvantagens econômicas e sociais tão ou mais graves que a dos pobres de renda em geral, a despeito de as moradias precárias não serem habitadas apenas por pobres de renda.

As políticas públicas de combate à pobreza urbana devem ser mais eficazes ao incorporarem ações voltadas para a melhoria das condições de moradia dos pobres na cidade. A questão da moradia é crucial, à medida que as desvantagens dos mais pobres apenas podem ser superadas com maior acesso aos recursos como educação, saúde e segurança que, em grande medida, dependem de condições adequadas de habitação e provisão de serviços urbanos básicos.

O país vive uma conjuntura de aumento das lutas e greves. Os governos, a Justiça e a polícia, no entanto, enfrentam essas mobilizações com criminalização e repressão. Em todo o país, milhares de ativistas foram detidos e centenas estão sendo indiciados. Não à criminalização! Lutar não é crime! É preciso dissolver as polícias atuais, totalmente corrompidas. Defendemos a desmilitarização da Polícia Militar e a conformação de uma polícia unificada, civil, controlada pela população, para que a segurança seja direito de fato para a população, e não para reprimir os movimentos sociais que lutam por moradia, terra, transporte público, saúde, educação, melhores salários e direitos.

13. Cultura

Em nível nacional, o governo Dilma e os governos estaduais e municipais têm reduzido continuamente as verbas para a Cultura. A luta dos artistas, portanto, é montar um plano de apoio nacional à aprovação da PEC 150, que prevê uma destinação de 2% do PIB para a Cultura, para que assim a Cultura tenha verbas mais consistentes, "dinheiro carimbado" da receita independente do governo. Dessa forma, passará dos atuais 0,6% para 2% do total de verbas do governo, um aumento de mais de três vezes.

Alardeado pelo governo como salvação para o setor, o “Vale Cultura” não dá conta do problema do financiamento da cultura e acesso à ela. Trata-se de uma política paliativa, que não resolve a situação de fundo. Beneficia um setor específico do empresariado da “cultura comercial” e o dinheiro sai dos impostos que os empresários teriam de pagar e que teoricamente deveriam ir para os serviços públicos.

Os artistas piauienses precisam ser valorizados e respeitados. A Fundação Cultural do Estado (Fundac) é conhecida por fazer contratos milionários com artistas de outros estados, enquanto aplica diversos calotes nos artistas locais que realizam trabalhos com bastante dificuldade e falta de incentivo.

Está havendo ainda um aprofundamento da privatização da cultura, onde as empresas (que têm isenção de impostos) definem que tipo de arte ou artista tem o direito de se apresentar ao público. Há ainda entraves burocráticos diversos para os artistas. Para participar dos Editais do governo e das empresas estatais, tipo Petrobrás, e assim conseguir alguma verba para produzir suas obras, os artistas têm de enfrentar uma grande burocracia e fazer ao final uma prestação de contas tão rigorosa que não deixa qualquer margem para a criatividade. Isso vem obrigando muitos artistas e grupos a se transformarem em empresas capitalistas, com personalidade jurídica e toda a parafernália advinda desse processo que muito pouco ou nada tem a ver com a criação artística.

Nossas propostas na área cultural

Desenvolver políticas culturais que priorizem os trabalhadores e a juventude com o objetivo de torná-los protagonistas de ações culturais no espaço dos municípios por meio da constituição de polos culturais nas regiões periféricas do município, como também através da manutenção e ampliação dos equipamentos culturais existentes nas áreas centrais.

A área da Cultura deve ter uma ampliação substancial e fixada no orçamento do Estadual de Teresina, possibilitando desta maneira a execução de políticas culturais mais amplas voltadas para a classe trabalhadora e a juventude.

Exigir do governo federal recursos para área cultural compatíveis com as dimensões demográficas e recursos extraídos dos impostos da população.

Fim imediato da política de “renúncia fiscal” realizada pelo Governo do Estado e que isenta empresas e o setor privado por meio de abatimento. Esses recursos orçamentários são recursos que se originam dos trabalhadores, por meio de inúmeros impostos, e que devem retornar a eles através também da cultura. *Chega de recursos orçamentários serem desviados para o enriquecimento de “empresários da cultura” e para o “merchandising” das empresas e instituições financeiras.*

Fomento à produção cultural nos municípios, tendo como eixo central o aporte financeiro público com a definição de leis de fomento setoriais para Cinema, Teatro, Dança e expressões culturais emergentes.

Criação e manutenção das Escolas de Arte que possibilitem formação e capacitação sistemática, metódica e técnica em distintas áreas artísticas já consagradas como também em áreas artísticas emergentes.

Consolidar um calendário de eventos culturais de âmbito local, regional, nacional e internacional.

Desenvolver as manifestações artísticas nas vilas, bairros e comunidades rurais, promovendo a preservação da cultura local e revitalizando os grupos folclóricos, organizando festivais e festejos tradicionais.

Realizar inventário do patrimônio histórico e cultural para fins de preservação.

Recuperar e revitalizar bibliotecas e criar pontos de leitura para estimular a prática de leitura e a formação de novos leitores.

Incentivar a produção cultural a partir da aplicação da conhecida Lei Municipal A. Tito Filho (sem isenção fiscal para empresas) e do Fundo de Cultura.

Implantar centros culturais, para a pesquisa, formação e difusão das artes plásticas, artes gráficas e desenho de humor.

Implantar um parque com complexo turístico cultural, museu de arte contemporânea, centro de convenções e espaço para feiras e exposições.

Revitalizar os prédios da estação ferroviária e áreas próximas.

Implantar legislação específica relativa à preservação do patrimônio cultural, em todo o Estado.

Promover na educação ambiental a integração do patrimônio histórico e cultural como parte do ambiente a ser preservado. Tornar o prédio do Cine Rex patrimônio artístico estatal, com tombamento total, e revitalizá-lo como cinema de rua e com projetos de incentivo à produção áudio-visual.

14. Juventude

De acordo com o Ipea, as pesquisas de desemprego no Brasil medem apenas o desemprego aberto, que são as pessoas que procuraram trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhuma atividade na semana anterior. Ficam de fora o desemprego oculto, seja pelo trabalho precário, seja pelo desalento, quando as pessoas não procuraram emprego no último mês por acreditarem que não iriam conseguir, mas precisam de emprego.

No Piauí, quem mais sofre com a falta de emprego é a juventude, afetando o futuro de ampla parcela da população. Além da falta de perspectiva de trabalho e melhoria de vida, a juventude sofre com a dificuldade de acesso à educação em vários níveis, além de políticas públicas de cultura e lazer. Diante de tantas injustiças sociais, muitos jovens estão em situação de vulnerabilidade total, tornando-se vítima ou autor de delitos.

A maior parte das mortes violentas na periferia atingem a jovens, em sua maioria negros. É preciso mudar em primeiro lugar a política econômica no país e no Piauí. Sem assegurar emprego para todos não é possível acabar com a miséria, que é a base material da violência. Emprego, Saúde, educação de qualidade e acesso à cultura e lazer são as armas para disputar a juventude com o narcotráfico.

Ao mesmo tempo, é necessária a descriminalização das drogas e a regulamentação do consumo. Isso é necessário para acabar com o submundo que a repressão é incapaz de evitar. A proibição só leva à corrupção generalizada e ao aumento do preço das drogas e dos lucros do tráfico.

15. Meio ambiente

O capitalismo está destruindo a natureza. O aquecimento global, causado pelas multinacionais, já provoca alterações no meio ambiente que atingirão as futuras gerações. Para salvar o planeta, é preciso acabar com o capitalismo.

Nosso solo, fauna, flora, e fontes de água estão sendo gravemente ameaçados pelos grandes projetos do agronegócio (soja, cana-de-açúcar, algodão, milho), carvoarias e das mineradoras (ferro,

gás natural). O uso criminoso de agrotóxicos e desmatamentos têm provocado estragos enormes ao meio ambiente, afetando a vida de milhares de pessoas – famílias de pequenos agricultores – que acabam sendo expulsos de suas terras para as cidades maiores. Os cenários em áreas como a Serra Vermelha e a Chapada Grande mostram isso.

Os governos petistas de Lula e Dilma, seguindo o projeto neoliberal do PSDB, são responsáveis por retrocessos ecológicos gigantescos. Os governos estaduais no Piauí – este e os anteriores – também. É hora de colocar os recursos naturais para servir ao desenvolvimento social do povo pobre e da classe trabalhadora do Piauí, sem por em risco os rios Poti e Parnaíba, afluentes, a água de nosso subsolo, e a terra que pode ser utilizada racionalmente para o sustento da agricultura familiar, que pode abastecer o mercado interno piauiense com alimentos sem agrotóxico e com preços baixos.

É preciso investir recursos na proteção e recuperação das matas ciliares, das margens dos nossos rios e riachos, e garantir tratamento de água e esgoto. E ainda regularizar a situação de todos os municípios piauienses no que se refere à Política Nacional de Resíduos Sólidos, apostando na coleta seletiva de lixo e correta destinação, com controle social e sem a intromissão das grandes empresas privadas da chamada “Máfia do Lixo”.

16. Energia e estradas

O PT e os partidos da direita (PSDB, PMDB, PTB, PP, DEM etc) continuam privatizando o Brasil e o Piauí. Neste momento, uma das empresas públicas na mira da privatização é a Eletrobrás Piauí (antiga Cepisa). Os governos e políticos tradicionais utilizam o descontentamento da população com a baixa qualidade dos serviços da Eletrobrás Piauí para ficar mais plausível a idéia de privatização da empresa. Privatizar não vai melhorar a situação. Pelo contrário, vai resultar em aumento de tarifas para favorecer os empresários que comprem a empresa.

O Estado do Piauí é acionista da Eletrobrás Piauí. Isso, por si só, deveria colocar os governos em defesa da revitalização da empresa, recuperando também tudo que foi desviado por gestões corruptas que sucatearam a companhia elétrica. É preciso lutar por uma Eletrobrás Piauí 100% estatal, sob o controle dos trabalhadores e da população usuária, garantindo os investimentos que forem necessários para atender as demandas sociais da população.

No ano passado, o PSTU – em conjunto com a Rede de Ambientalistas do Piauí (Reapi – denunciou a privatização dos recursos naturais a partir da 12ª Rodada de Leilões da Agência Nacional de Petróleo (ANP), que permitiu ainda a exploração do gás de xisto (gás não convencional, altamente poluente e ameaçador ao meio ambiente) em nosso Estado. É preciso impedir a exploração do gás de xisto no Piauí e anular as privatizações (leilões) de gás natural da ANP no Piauí, transformando a Gaspisa em empresa 100% estatal para, em conjunto com a Petrobrás (que também precisa ser tornada 100% estatal), possamos utilizar os recursos de forma racional, com toda a preocupação de não causar danos ambientais.

Mas é preciso desenvolver novas matrizes energéticas, aproveitando a energia gerada pelo sol e pelo vento. Aliás, o Piauí já está privatizando vários parques eólicos, garantindo lucros altíssimos para grandes empresas. Todos estes parques devem ser estatizados, para garantir energia mais barata para a população.

As estradas do Piauí também são outro alvo na mira dos privatistas. Agora falam em privatizar (entregar, via concessão, a administração) a BR 343, para cobrar pedágios à população. Defendemos

que todas as estradas estaduais (PIs) e federais (BRs) no Piauí continuem públicas. Não às privatizações!